Outras Fronteiras
Revista Discente do Programa de Pós Graduação em História da UFMT
ISSN: 2318-5503

V. 8, N. 2 (2021)
POVOS E CULTURAS DA REGIÃO AMAZÔNICA: IMIGRAÇÃO, TRABALHO E LUTA
ISSN: 2318-5503

A TRAJETÓRIA DE LUTAS INDÍGENAS EM UNIVERSIDADES NA AMAZÔNIA: UM OLHAR SOBRE AS IDENTIDADES DE UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS EM REPORTAGENS DE JORNAIS *ON-LINE*[1]

THE TRAJECTORY OF INDIGENOUS STRUGGLES IN UNIVERSITIES IN THE AMAZON: A LOOK ABOUT IDENTITIES OF INDIGENOUS UNIVERSITY STUDENTS IN *ON-LINE* NEWSPAPER REPORTS

Viviane Braz Nogueira[2]
Fernando Zolin-Vesz[3]

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar três (3) reportagens de jornais on-line, de modo a observar a trajetória de lutas e como as identidades são construídas por estudantes indígenas em universidades na Amazônia brasileira. Para tal, foi adotado uma pesquisa qualitativa e documental, ancorada na Linguística Aplicada indisciplinar, mestiça e nômade, que compreende os indivíduos em seu contexto sócio histórico e cultural. Concluímos, que os movimentos identitários indígenas se encontram mais fortalecidos em suas lutas pela autoafirmação étnica e combate ao preconceito e a estigmatização indígena...

Palavras-chave: Indígena; Universitários Indígenas; Identidades

Abstract: This work has as objective to analyze three (3) on-line newspaper reports, to observe the trajectory of fights and how identities are constructed by indigenous students in universities in the Brazilian Amazon. For this, it was assumed a qualitative and documentary research, based on non-disciplinary, mestizo and nomadic applied linguistics, which understands the individuals in its socio-historical and cultural context. We concluded that the indigenous identity moviments are stronger in their struggles by the ethnic self-assertion and combating prejudice and indigenous stigmatization.

Keywords: indigenous people; indigenous undergraduate; identities

[1] Este artigo é um desdobramento da pesquisa de doutoramento, em processo de desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

[2] Professora de língua portuguesa da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Atualmente, é doutoranda em Estudos Linguísticos no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: vivianebraznogueira@gmail.com

[3] Professor do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL), na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Dedica-se a pesquisas relacionadas às práticas linguísticas e a construção de (des)colonialidades no mundo contemporâneo. E-mail: fernando_vesz@hotmail.com

Introdução

O acesso de indígenas ao ensino superior tem se tornado uma realidade frequente para a sociedade brasileira. Além dos novos saberes, os povos originários continuam a luta pelo reconhecimento de seu protagonismo histórico, não só pelas conquistas dos movimentos indígenas dos últimos anos, como também, pela constante busca por igualdade de direitos, pela manutenção da sua cultura e de seu território, pela diminuição de preconceitos e estigmas, pela legitimação de sua etnicidade e pela construção de novas identidades, sendo que essas questões resultam de um amplo processo que remonta o período colonial.

Dentro desta perspectiva, a trajetória sócia histórica desses povos traz à tona as dificuldades e os desafios enfrentados por indígenas e outras minorias para adentrarem e permanecerem na universidade, mesmo com a implementação do Programa de Ações Afirmativas brasileiro[4] que visa eliminar as desigualdades sociais e as exclusões praticadas por séculos, na tentativa de neutralizar os efeitos da segregação racial e social, de maneira que valorizasse a diversidade étnica e o multiculturalismo da sociedade contemporânea brasileira. Assim, a partir da presença de acadêmicos indígenas nesse cenário gerou-se uma reflexão sobre as relações conflituosas entre indígenas e não indígenas no espaço acadêmico, sobre a (re) construção das identidades indígenas, da alteridade étnica, enquanto direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, sobre o respeito e reconhecimento das diferenças, entre outros aspectos que indagam o papel da universidade na efetivação das ações afirmativas.

Dessa forma, este artigo tem por objetivo analisar três (3) reportagens de jornais *on-line*, de modo a observar a trajetória de lutas e como essas identidades são construídas por estudantes indígenas em universidades na Amazônia brasileira. Assinalamos que devido à pandemia não foi possível fazer entrevistas com indígenas e não indígenas universitários para tratar do tema aqui proposto. Por isso, optamos pela seleção de 3 (três) reportagens que tratam das trajetórias de lutas indígenas em universidades na Amazônia para que pudéssemos realizar a análise de dados dessa pesquisa.

[4]As ações afirmativas serão definidas neste trabalho como "políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física" (GOMES, 2003. p. 21).

INDÍGENAS VÃO À UNIVERSIDADE

As lutas e trajetórias indígenas para chegarem à universidade

Os povos originários brasileiros viveram por séculos uma dura realidade, que vai desde a opressão, a expulsão de suas terras e o extermínio de suas culturas, suas línguas e seu modo de ser, que resultaram de processos bárbaros e desumanos ocasionados pelos colonizadores, que se perpetuam até os dias atuais[5]. Dentro deste contexto, quando se faz referência à educação escolar indígena no Brasil, observa-se que no período Colonial havia apenas uma única intenção por parte dos colonizadores, catequizar e civilizar os povos indígenas para que servissem como mão de obra[6].

Segundo Freire (2004), no século XIX, assim como, no século XX "a escola destinada aos povos indígenas continuou a missão colonizadora e "civilizadora" que lhe fora atribuída pela Coroa Portuguesa"[7]. Por esse ângulo, há indícios históricos que sugerem que a política do Estado brasileiro não foi diferente da política Colonial lusa, visto que, tanto no Império quanto na República, a escola foi a principal instituição de um sistema político educacional, que tinha por finalidade eliminar as diferenças retirando dos grupos étnicos suas tradições, suas culturas, seus saberes, suas línguas, seus falares e suas crenças, para introduzir seus próprios métodos e técnicas de aprendizagem[8].

Assim, a história revela que a monarquia portuguesa não só mostrou resistência como coibiu a abertura de escolas e principalmente de universidades no período do Brasil Colônia, pois temia que estudos universitários inspirassem movimentos separatistas[9], ficando evidente que "A cultura política e acadêmica sempre foi o baluarte do processo dominador e colonizador das sociedades ocidentais europeias, razão pela qual sempre mantiveram as portas das universidades cerradas para os povos colonizados"[10].

---

[5] REZENDE, M. A.; PASSOS, L. A. A educação das mulheres Xavante e os processos Interligados à educação Escolarizada. In: BRUNO, M. M. G.; SUTTANA, R. (Org.). **Educação, diversidade e fronteiras da in/exclusão. Dourados**: Edufgd, 2012, p.179-197.

[6] OLIVEIRA FILHO, João P.; FREIRE, Carlos Augusto R. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: MEC/SECAD; Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional, 2006.

[7] FREIRE, J. R. B. **Educação escolar indígena em Terra Brasilis:** tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro: IBASE, 2004, p. 23.

[8] FREIRE, 2004.

[9] CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Greive Cynthia (Org.). **500 anos de Educação no Brasi**l. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

[10] LUCIANO, Gersem José dos Santos. **O índio brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: UNESCO, Ministério da Educação, 2006, p. 163.

Nesta concepção, as poucas ações escolares deste período foram utilizadas como estratégias de pacificação e nacionalização dos povos indígenas, ou seja, "a escola deixa de ser um investimento prioritário, na medida em que se tornaram sedentárias e dependentes da ação governamental"[11]. Nesse contexto, entre lutas, conquistas e retrocessos, foi somente na Primeira República que se apresentou uma política indigenista por meio da criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910, que embora mantivesse a integração dos indígenas ao Estado brasileiro assentia para a autonomia e soberania dos povos indígenas[12]. Apesar desse cuidado, a educação escolar para os indígenas por meio do SPI seguiu os moldes do período Colonial, alfabetizando as crianças e sedentarizando ainda mais as populações indígenas, com uma única diferença, em vez das orações a instrução escolar seria realizada por meio do culto aos símbolos nacionais[13], como hino nacional e bandeira nacional.

Desde o período colonial a educação escolar indígena cumpriu os propósitos dos colonizadores, isto é, a dominação, a catequização, a imposição da língua, entre outros. No entanto, não podemos deixar de mencionar que apesar do desprezo e do desrespeito sofrido por anos, os movimentos indígenas sempre foram presentes e atuantes, ao lutarem e/ou negociarem seus direitos. Nesse sentido, os povos originários se fortaleceram e intensificaram os movimentos indígenas pela retomada de suas terras, por saúde, por educação, entre outras reivindicações. Ainda assim, com todos os avanços, na atualidade o sistema educacional brasileiro se mostra muito colonizador, com discursos extremamente excludentes e intolerantes contra as minorias étnicas e sociais. É dentro desta perspectiva histórica que podemos observar a trajetória de lutas da educação escolar indígena.

Desse modo, mesmo com o protagonismo na luta por essas demandas, no que diz respeito à educação, notamos que o acesso dos povos indígenas à escola, ainda se mostra muito restrito, apesar desse direito estar garantido desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Além disso, foi com a implementação da Lei n. 12.711[14], em 29 de agosto de 2012, mais conhecida como a "Lei das Cotas", que se criou uma política de reserva de vagas em universidades para alunos de escola pública,

---

[11] TASSINARI, A.M.I. **A educação escolar indígena no contexto da antropologia brasileira**. Ilha: Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 217-245, 2008, p. 228.
[12] CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo (SP): Cia. das Letras, 2002.
[13] OLIVEIRA E FREIRE, 2006.
[14] BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 16/08/2021.

pretos, pardos e indígenas tanto no ensino médio dos Institutos Federais como em todo o sistema de educação superior, o que alterou expressivamente a realidade das políticas educacionais brasileiras.

Assim sendo, a implantação das primeiras políticas de ações afirmativas em universidades brasileiras visava "[...] proporcionar oportunidades iguais para grupos e populações excluídas do ponto de vista social"[15]. Nesta perspectiva, esse conjunto de ações teria como meta a promoção de uma maior inserção de populações pertencentes as minorias étnicas e sociais, e, consequentemente, buscava a diminuição da exclusão em várias dimensões da nossa sociedade, seja na saúde, na educação, no mercado de trabalho, entre outros setores[16]. Vale assinalar que as ações afirmativas não são exclusividades do Brasil, sendo que, as primeiras ações foram realizadas pelos britânicos na Índia, no entanto, estas "[...] tiveram visibilidade quando foram implementadas pelo governo dos Estados Unidos da América, com a promulgação das Leis dos Direitos Civis (1964), após intensa pressão dos grupos organizados da sociedade civil"[17].

Por sua vez, Grupioni assinala que já "[...] nos anos 80 na Amazônia, por meio de projetos pioneiros, conduzidos por organizações não governamentais, civis e religiosas" [18] foram criados cursos de formação de professores indígenas, no entanto, esses projetos não possuíam caráter oficial e fora realizado à margem do Estado. Somente no ano de 1991 é que a organização dessas áreas educacionais passou a ser responsabilidade do MEC[19]. Em meio a esse processo, foi a partir da obrigatoriedade de apresentação de um diploma universitário para atuação no magistério a começar do ensino fundamental II, que se instaurou a necessidade da criação de cursos de licenciatura intercultural e instigou as demandas para outras áreas do conhecimento científico, sobretudo, para áreas direcionadas para o etnodesenvolvimento e para a gestão territoriais das comunidades indígenas[20]. Desse modo, partindo das questões acima mencionadas Santos assinala que,

---

[15] SANTOS, Jocélio Teles dos (Org). **Cotas nas universidades:** análises dos processos de decisão. Salvador: CEAO, 2012, p. 212.
[16] SANTOS, 2012.
[17] SILVA, Luiz Fernando Martins da. Ação afirmativa e cotas para afrodescendentes: algumas considerações sociojurídicas**.** In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Org.). **Ações afirmativas**: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro, RJ: DP&A editora, 2003. p. 59-73. ISBN 8574902601, p. 65.
[18] GRUPIONI, L. D. B. **Olhar longe, porque o futuro é longe:** Cultura, escola e professores indígenas no Brasil. 2008. 240 f. Tese. (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p.165
[19] GROUPINI, 2008.
[20] LUCIANO, Gersem José dos Santos. Povos indígenas e etnodesenvolvimento no alto rio Negro. In: ATHIAS; PINTO (Orgs.) **Estudos indígenas**: comparações, interpretações e políticas. São Paulo: Contexto, 2008, p. 27-44. (Série Justiça e Desenvolvimento).

> [...] o processo de adoção das ações afirmativas e seus significados remetem à emergência de termos definidores do que seriam políticas diferenciadas para grupos e populações excluídas. E as universidades públicas tornaram-se o lócus privilegiado na sociedade brasileira para entender a forma como discursos de manutenção de status e poder apareciam na esfera pública. Lugar de reprodução das desigualdades, a academia teve que sair das suas vestais e responder com propostas e ações. E, assim, entrou em cena a elaboração de políticas internas direcionadas para a inclusão social e racial no sistema de graduação do ensino superior. Inicialmente denominada de reserva de vagas, popularmente se disseminou como política de cotas. É desse modo que podemos compreender tanto o surgimento quanto a adoção de termos e expressões como diversidade, ações afirmativas e sistema de cotas[21].

No Brasil, essas propostas e o sistema de cotas, foram implantados de forma lenta, gradual, sistemática e seletiva desde os anos de 1980, sendo a Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ a primeira instituição de ensino superior a implementar o sistema de cotas, que foi seguida por outras IES, bem como pelas universidades que compõe a Amazônia brasileira.

Em vista disso, percebemos que o perfil do universitário brasileiro está se modificando, no entanto, da mesma forma como se vivencia a crescente demanda de indígenas e de outras minorias étnicas nos ambientes acadêmicos, também se nota o crescimento de casos de estigmatização, registrados pelas mídias brasileiras e pelas redes sociais, ocasionando entre indígenas e não indígenas estranhamentos e conflitos, principalmente pelo fato de que muitos dos acadêmicos indígenas precisam se enquadrar nas regras e normas de uma universidade constituída há séculos apenas para atender à sociedade detentora do poder.

Caso não haja adaptação, observamos que as visões estigmatizadas que os alunos não indígenas possuem em relação às populações indígenas, causam epítetos, como a expressão “índio Nutella”, que se originou do hipotético “favorecimento” aos acadêmicos indígenas, por meio de bolsas-auxílio para a permanência na universidade. Essas visões prefiguram o conjunto de estigmas e marcas de identidades que os universitários não indígenas lançam mão para (des)qualificar os povos originários. Nessa situação, o adjetivo “Nutella” se relaciona à popular marca de creme de avelã que virou um meme da internet muito conhecido nas redes sociais. Essa expressão criada por grupos sociais designados não indígenas e instalados em determinadas posições de poder se sentem autorizados a criar rótulos em relação a certos grupos sociais, no caso os acadêmicos indígenas, materializando assim, a manutenção desse estigma[22].

---

[21] SANTOS, 2012, p. 14-15

[22] ZOLIN-VESZ; NOGUEIRA. Índio raiz versus índio nutella: estigmas e marcas identitárias sobre estudantes indígenas de uma universidade pública no Brasil. In: **Identidades**: sujeitos e espaços outros [recurso eletrônico] / Joyce O.S. Ribeiro; Vilma N. de Brício; María Vitória Carrera-Fernández (Orgs.) - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

Se por um lado notamos um crescente aumento da estigmatização dos estudantes indígenas por alunos não indígenas, sobretudo por desconsiderarem particularidades educacionais e culturais das populações indígenas, além da falta de compreensão da história dessas populações, por outro lado, a crescente demanda indígena no ensino escolar e universitário tem diversas origens e motivações[23]. A primeira delas, expressa o reflexo do processo de interação com o mundo globalizado e revela uma propensão a absorver ideais de vida da sociedade moderna. Já a segunda motivação nos mostra que a escola é uma realidade entre os povos originários e por isso, tem-se percebido cada vez mais o crescente processo de escolarização entre os povos indígenas do Brasil[24].

Sob esse olhar, apesar do considerável aumento no ingresso do estudante indígena na educação superior ser uma realidade, sua permanência é um desafio a ser superado, uma vez que, a maioria dos estudantes indígenas convive com a desconfiança e a intolerância por parte dos não indígenas nos espaços acadêmicos que deveriam incluir e acolher. Afinal, a democratização para o acesso e a permanência de sujeitos procedentes de classes populares nos centros universitários é um caminho para retroceder a visão antidemocrática, nesse caso, não se pode deixar de colocar em pauta as questões de gênero e de etnia, o que torna a discussão ainda mais séria, principalmente quando se trata das desigualdades do ensino superior[25].

Nesse sentido, apresenta-se um grande desafio ainda a ser vencido pela universidade, por estudantes universitários indígenas e por estudantes universitários não indígenas, a de construir as identidades a partir do respeito às diversidades interculturais e pluriétnicas. Paulino (2008) aponta que, "os povos indígenas na universidade podem mostrar, com toda a sua pluralidade, que existem outras formas de ser/estar no mundo que vão além da matriz eurocêntrica hegemônica"[26]. Nesse ponto, inserimos a construção das identidades no espaço acadêmico que tratamos na seção a seguir.

Identidades indígenas na universidade

Segundo Hall (2006) as identidades parecem evocar uma origem que vive em um passado histórico com o qual elas detêm determinada correspondência. No entanto, na verdade, diz respeito,

[23] LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação para manejo e domesticação do mundo entre a escola ideal e a escola real: os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro**. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
[24] LUCIANO, 2011.
[25] SILVA, F. A. B.; ARAÚJO, H. E.; SOUSA, A. L. **Diagnóstico da situação das populações indígenas no Brasil**. IPEA, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 10/08/2021.
[26] PAULINO, M. M. **Povos Indígenas e Ações Afirmativas:** o caso do Paraná. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: FACED/UFRJ, 2008, p. 145.

à questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção daquilo que o sujeito se torna. Não que tange, a questões como "quem nós somos" ou "de onde viemos", mas tem a ver com questões como "quem nós podemos nos tornar, como nós temos sido representados" e "como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós mesmos"[27].

Diante destes questionamentos, entendemos assim como Moita Lopes (2006), que as identidades são convenções sociais e discursivas, ou seja, não são fixas, mas ao contrário são fluidas, contraditórias, multifacetadas, efêmeras e plurais, já que construímos o que e quem somos nos encontros interacionais do dia a dia[28]. Partindo dessa questão, o teórico indica três traços característicos das identidades sociais que são a Fragmentação, a Contradição e o Processo. O primeiro traço aponta para a natureza fragmentada das identidades sociais, que diz respeito à impossibilidade de os sujeitos possuírem uma identidade social homogênea, uma vez que não podem ser elucidadas unicamente por sua raça. Assim, as identidades sociais são complexas, já que gênero, raça, sexualidade, idade, entre outros, convivem na mesma pessoa[29].

O segundo retrata a natureza contraditória e contingencial das identidades sociais, que dependem das práticas discursivas particulares e dos contextos mais locais em que estamos situados, como também, dos interlocutores com quem interagimos e nos comunicamos[30]. Já no terceiro traço característico das identidades sociais, nos ajuda a entender que as identidades não são fixas, ou melhor, as identidades são inacabadas e infindáveis, pois estão sempre em processo de formação e constituição na/e por meio da linguagem. Além disso, podemos defini-las como mosaicos que se modificam nas práticas discursivas[31].

Dentro desta perspectiva, no que tange às identidades indígenas, historicamente escondidas e negadas como estratégia de sobrevivência, na atualidade é reafirmada e muitas vezes recriada por esses povos[32], sendo que este processo de construção e reconstrução de identidades indígenas, geralmente está sendo iniciado no ambiente escolar. Nesse sentindo, como é intenção deste trabalho trazer a discussão em torno das identidades indígenas em ambiente universitário, foi feita por meio

[27] HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
[28] MOITA LOPES, 2006.
[29] MOITA LOPES, 2006.
[30] MOITA LOPES, 2006.
[31] MOITA LOPES, 2006.
[32] LUCIANO, Gersem José dos Santos. **O índio brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: UNESCO, Ministério da Educação, 2006.

do Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES[33] e de um *site* de pesquisa uma busca por artigos, dissertações de mestrado e teses que pesquisam identidades indígenas na universidade.

Durante a busca no Catálogo da CAPES e *site* de pesquisa Google surgiram muitos trabalhos acadêmicos que tratavam da presença e/ou permanência do indígena na universidade, sobre a implantação das ações afirmativas, sobre a lei das cotas para as minorias, sobre os preconceitos sofridos pelos povos indígenas dentro das universidades e em outros ambientes, sobre o pertencimento dos povos originários no espaço acadêmico, sobre as identidades dentro e fora da aldeia, mas poucos foram os artigos, dissertações e teses que trataram especificamente das identidades indígenas na universidade. Desta forma, foram selecionados os 5 (cinco) trabalhos mais recentes que tratam da temática em questão. Desses 5 (cinco) trabalhos sendo que 4 (quatro) são dissertações de mestrado, e 1 (um) artigo, todos foram publicados entre os anos de 2016 a 2018 em diferentes áreas do conhecimento.

O primeiro desses textos é a dissertação de mestrado intitulada Os meandros da (re) construção de identidades culturais na educação escolar indígena: um estudo de teses e dissertações (2010-2017) (RODRIGUEZ, 2018) que faz uma síntese de teses e dissertações para mostrar que na instituição escolar as composições conceituais e sociais são referentes à determinada constituição histórica, erguida no entrechoque das construções políticas, sociais e discursivas a que se afiliam, além de expor por meio de recortes das pesquisas acadêmicas como a escola da aldeia pode contribuir para a apropriação cultural de seu povo[34].

Segundo Rodriguez (2018) após a análise das dissertações e teses foi possível verificar que o encontro do processo educativo institucionalizado com o processo histórico, social e cultural dos povos indígenas pode ser definido como um produto que resultará em muitas interpretações e muitos entendimentos. A autora ainda destaca que o processo educacional se apresenta complexo e plural, no entanto, assinala que este, mesmo processo "tem capacidade de influenciar na formação da identidade étnica de novas gerações, contribuindo para sua (re) construção e fortalecimento do que significa cidadania indígena"[35].

Na pesquisa O Aluno Indígena da UFRR: língua, cultura e identidades, Lamarão (2017) assinala que "a presença dos povos indígenas nas universidades do país é uma realidade inegável. É um direito

[33] https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/ Acesso em: 16/08/2021.
[34] RODRIGUEZ, Solange Christina Carneiro. **Os meandros da (re) construção de identidades culturais na educação Escolar indígena:** um estudo de teses e dissertações (2010-2017). (Dissertação de Mestrado). 110f. Universidade do Vale do Sapucaí. Pouso Alegre, 2018.
[35] RODRIGUEZ, 2017, p. 106

já consolidado, um caminho sem volta, a despeito de toda forma de recusa da sociedade envolvente"[36]. De acordo com a autora estar na academia significa a oportunidade de apropriação de uma ferramenta que possibilita a inversão do seu lugar na sociedade e oportuniza a busca por alternativas de problemas e conflitos históricos[37].

Desse modo, a autora busca compreender como as representações linguísticas e culturais dos universitários indígenas da UFRR estão interferindo na construção de suas identidades, ao levar em consideração que os indígenas estão inseridos em um espaço linguístico, social e cultural complexos, onde a língua portuguesa possui *status* de língua oficial e de prestígio, além de ser usada como fator de dominação. Nesse contexto, os informantes entendem que suas identidades são definidas por meio da língua que eles falam e que essas identidades são maculadas pela inexistência da língua indígena, dessa forma, alguns informantes acreditam que suas identidades já não são essencialmente indígenas, mas também não são totalmente não indígenas, e, portanto, são um processo de produção identitárias inacabadas. Por outro lado, se o estudante afirmar sua identidade indígena, ele espera ser reconhecido como tal, e nesse caso, elas são impostas, não convivem harmonicamente e são disputadas. Evidencia-se, assim, a necessidade de ações que valorizem as línguas e a cultura dos estudantes indígenas e consequentemente as identidades dos povos originários[38].

A dissertação de mestrado Identidades, vozes e presenças indígenas na Universidade de Brasília sob a ótica da Análise de Discurso Crítica de autoria de Silva (2017) tem como um dos eixos principais a suposição de divergências entre a política de acesso dos universitários indígenas à UNB e as políticas efetivas ou as ausências delas para a permanência e inclusão desses alunos na universidade. A pesquisadora dá destaque a um possível problema social e discursivo, as práticas sócio discursivas que podem ser confrontadas pelas tensões identitárias e os obstáculos enfrentados pelos acadêmicos indígenas na universidade. A pesquisadora assinala ainda acompanhar e vivenciar todas as dificuldades por meio da convivência e observação tanto na aldeia quanto nos espaços sociais da UNB[39].

Essa pesquisa estabelece uma relação entre as construções e os conflitos de identidades de estudantes indígenas na universidade. Sendo que essas dificuldades podem estar relacionadas a

[36] LAMARÃO, Naira Gomes. **O aluno indígena da UFRR:** língua, cultura e identidades. (Dissertação de Mestrado). 102 p. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2017, p. 90.
[37] LAMARÃO, 2017.
[38] LAMARÃO, 2017.
[39] SILVA, Núbia Batista da**. Identidades, vozes e presenças indígenas na Universidade de Brasília sob a ótica da Análise de Discurso** (Dissertação de Mestrado). 134p. Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

desvalorização de linguagens, costumes, crenças, valores, ou ainda ao silenciamento e à invisibilidade dessa presença indígena na graduação e na pós-graduação, somadas às várias formas de discriminações vividas nos espaços acadêmicos ocasionadas por estudantes não indígenas. Por essa lógica, e por entender a identidade do ponto de vista do discurso como modos de identificação que são transitórios e fluidos as análises realizadas nesta pesquisa apontaram para passos possíveis nas práticas discursivas e sociais das vivências acadêmicas, tendo uma consciência linguística crítica como uma ponte capaz de estabelecer a troca entre indígenas e não indígenas[40].

O artigo Identidades em Reinvenção: O Fortalecimento Coletivo de Estudantes Indígenas no Meio Universitário (VIANA; MAHEIRIE, 2017), se propõe, a partir de uma revisão bibliográfica pensar sobre a reinvenção universitária baseado nos pressupostos políticos e éticos da psicologia sócio histórica. Conforme Viana; Maheirie (2017) a universidade se apresenta enquanto "fronteira", espaço que configura novas possibilidades de contato entre diferentes, e com o acesso das minorias, o ambiente universitário tem se tornado palco de construção, desconstrução e reinvenção de identidades tanto de indígenas como de não indígenas[41].

Nesse sentido, a reinvenção identitária acontece porque a universidade possibilita trocas, intercâmbios, e ao mesmo tempo, a interdição dessa troca. A interdição por sua vez, abre brechas para o reforço das diferenças étnicas, já que as fronteiras são fluidas e permeáveis. Ao mesmo tempo é possível observar cada vez mais forte nos ambientes acadêmicos o fortalecimento do coletivo e a reinvenção identitária, sendo produzida no dia a dia a partir da interação entre diferentes grupos sociais, étnicos e raciais. Vale assinalar que a academia é marcada por vozes desconhecidas e vidas negligenciadas. As autoras concluem o artigo mostrando que a presença dos povos indígenas na universidade apresenta-se de forma paradoxal, uma vez que ao mesmo tempo, é uma forma de acessar direitos e fortalecer o coletivo, também pode causar estranhamentos, desconfortos e questionamentos, além de reforçar, preconceitos, estigmas e estereótipos, uma vez que as tensões e lutas políticas ainda não foram superadas[42].

No último estudo selecionado intitulado História Oral e Identidade Cultural: Indígenas na Universidade Federal de Ponta Grossa (UEPG), Miola (2016) apresenta a construção da identidade como algo simbólico e social, mas marcado necessariamente pela diferença, não pela similitude. Segundo a autora, podem-se constituir conexões com o passado, ao se utilizar de um aporte histórico,

[40] SILVA, 2017.
[41] VIANA, Iclicia; MAHEIRIE, Kátia. **Identidades em reinvenção**: o fortalecimento coletivo de estudantes indígenas no meio universitário. Revista. Polis e Psique, 2017; 7(3): 224-249.
[42] VIANA; MAHEIRIE, 2017.

com os antecedentes que se tem registro para corroborar uma identidade no presente. Lembra ainda que a identidade não é um limitador e que a noção de pertencimento aparece ao longo da vida do indivíduo que reconhecerá os pontos convergentes entre si e um grupo. Assim no caso dos indígenas, a identidade 'índio' é apenas um dos enfoques do sujeito, que não pode ser resumido a ela[43].

Em vista disso, foi a partir do conceito de identidade cultural[44] é que foi possível, a pesquisadora identificar como os informantes da pesquisa se utilizaram de suas memórias, experiências passadas e presentes de modo a serem como se apresentam. São as facetas da identidade cambiante, não fixa e fluída, à medida que os sistemas de significação, ressignificação e representação cultural, que conferem esta característica que desloca as próprias identificações dos sujeitos. A autora conclui mostrando que as nuances da identidade cultural indígena estão presentes, em especial, na necessidade de colocar sua expectativa ante à universidade e os colegas, revelando suas diferenças e similaridades, sobretudo se mostrando inserido neste todo. A pesquisadora analisa que a face da identidade cambiante é marcante frente novas situações vivenciadas, e que estas se apresentam em si mesmos de maneira distinta, conforme suas próprias experiências[45]. Em seguida apresentamos, no Quadro 1, uma síntese dos trabalhos acadêmicos aqui pesquisados.

Quadro 1: Dissertações e artigo que tratam de estudos sobre identidades indígenas

Autor (Ano) Dissertação/ Tese	Titulo	Programa de pós-graduação/ Universidade/Revista	Resumo
RODRIGUEZ (2018) Dissertação de Mestrado	Os meandros da (re) construção de identidades culturais na educação escolar indígena: um estudo de teses e dissertações (2010-2017)	Mestrado em Educação - Universidade do Vale do Sapacuí	Investigou, a partir de um "estado de conhecimento" de teses e dissertações, como se dá a presença de representações culturais indígenas no processo educativo constituindo a diferenciação e especificidade das escolas indígenas.
LAMARÃO (2017) Dissertação de Mestrado	O aluno indígena da UFRR: Língua, Cultura e Identidades	Programa de Pós-Graduação em Letras - Mestrado em Letras – Universidade Federal de Roraima	Analisou como as representações linguísticas e culturais dos alunos indígenas da Universidade Federal de Roraima (UFRR) estão influenciando a construção de suas identidades.

[43] MIOLA, Ana Carolina Moreira. **História oral e identidade cultural**: indígenas na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). (Dissertação de Mestrado). 172p. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2016.
[44] HALL, 2006
[45] MIOLA, 2016.

SILVA (2017) Dissertação	Identidades, vozes e presenças indígenas na Universidade de Brasília sob a ótica da Análise de Discurso Crítica	Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL - Universidade de Brasília - UNB	Investigou os conflitos identitários, relativos à esfera de poder, das diferenças e exclusões, para compreender como essas tensões e crises são construídas na via discursiva, as implicações e relações dos discursos com as práticas sociais.
VIANA; MAHEIRIE (2017) Artigo	Identidades em Reinvenção: O Fortalecimento Coletivo de Estudantes Indígenas no Meio Universitário	Revista Polis e Psique	Discutiu aspectos gerais da presença indígena nas universidades brasileiras, bem como a potência na reinvenção identitária e no fortalecimento de coletivos, marcando a universidade como um novo território de fronteira e de luta que afeta e é afetada pelos povos indígenas.
MIOLA (2016) Dissertação de Mestrado	História Oral e Identidade Cultural: Indígenas na Universidade Federal de Ponta Grossa (UEPG)	Programa de Pós-Graduação em Ciências Aplicadas – Universidade Federal de Ponta Grossa - UEPG	Abordou a dinâmica dos acadêmicos ingressos na Universidade Estadual de Ponta Grossa pelo Vestibular dos Povos Indígenas, ante a ótica da identidade e dos estudos culturais.

Fonte: Elaborado pelos autores

Vale destacar que a universidade promove aos acadêmicos indígenas várias situações de conflito, em que o estranhamento, a falta de pertencimento e presença quase silenciosa, faz com que o sentimento de desajustamento e inadequação os tornem estrangeiros dentro do próprio país e se sintam cada vez mais estranhos[46]. As reflexões geradas a partir das observâncias dessas questões mostram que os percursos dos acadêmicos indígenas no ensino superior, é marcado pelos estigmas e preconceitos cotidianos vivenciados por esses sujeitos, sendo reflexo continuado das trajetórias trilhadas por eles nas escolas públicas e universidades[47].

Os teóricos destacam ainda que esse processo ocorre como reflexo da sociedade, os estigmas e preconceitos contra indígenas são manifestados no ambiente escolar e no espaço acadêmico. Nesse sentindo, duas atitudes são previstas por eles, ou incorporam e mostram suas identidades e silenciam ou criam estratégias de sobrevivência ou resistência. Os autores sinalizam ainda que é neste momento que as relações se tornam mais tensas e as paixões mais conflitantes[48].

[46] GUERRA, Maria José; AMARAL, Wagner Roberto. **A construção da identidade e os regimes de visibilidade dos povos indígenas na universidade**. Muitas Vozes, Ponta Grossa, v.3, n.1, p. 53-68, 2014.
[47] AMARAL, Wagner R. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná:** sujeitos e pertencimentos. 586f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
[48] GUERRA; AMARAL, 2014.

Nesse contexto, os espaços universitários, no mesmo momento em que oportuniza a possibilidade de uma nova identidade coletiva, do "nós brasileiros", gera o embaraço da diferença inferiorizada frente ao "nós brasileiros"; e dessa forma, finda por impor o medo e o retorno ao ele e à segregação como já mencionado anteriormente[49].

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o presente trabalho adotamos uma pesquisa qualitativa e documental. No que concerne a pesquisa qualitativa, é um campo interdisciplinar, transdisciplinar e, às vezes, contra disciplinar, que atravessa as humanidades, as ciências sociais e as ciências físicas. A pesquisa qualitativa é muitas coisas ao mesmo tempo"[50].

Por sua vez a pesquisa documental vale-se "[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa".[51] O teórico assinala ainda que os documentos podem ser das mais diversas categorias, quer sejam escritos ou não, os quais podem ser abarcados os diários, documentos públicos e privados, jornais, reportagens, filmes, fotografias, cartas, etc.[52]

Com base nos caminhos a trilhar, esta pesquisa parte de uma posição epistemológica, que resulta da capacidade de interpretação dos dados gerados e dos significados produzidos pela sócio história do pesquisador. Nesse sentido, o marco epistêmico "[...] representa um sistema de pensamento, raramente explicitado, que permeia as concepções da época numa determinada cultura e condiciona o tipo de teorizações que surge em diversos campos do conhecimento"[53], diante disso, ancorados na Linguística Aplicada indisciplinar, mestiça e nômade que compreende a sociedade contemporânea, ou seja, considera os indivíduos em seu contexto sócio histórico e cultural.[54]

Dessa forma, os dados gerados foram selecionados por meio de uma pesquisa em *sites* de buscas e tem como foco reportagens de jornais *on-line* que tratam das trajetórias de lutas dos

[49] GUERRA; AMARAL, 2014
[50] DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna (orgs). **Planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006, p. 21
[51] GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 45.
[52] GIL, 2008.
[53] GARCIA, R. **O conhecimento em construção**. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 120.
[54] MOITA LOPES, 2006.

indígenas dentro de universidades localizadas na Amazônia brasileira, uma vez que no momento atual devido à pandemia não foi possível ter um contato presencial com universitários indígenas e não indígenas. Das 14 (quatorze) reportagens *on-line* foram escolhidas 3 (três) reportagens: Indígenas sofrem preconceito na Universidade Federal de Roraima (Racismo Ambiental, 2016)[55]; Estudante indígena vai à polícia após receber cartas com ofensas na UFAC: 'raça nojenta' (g1.globo-AC, 2017)[56]; Estudantes indígenas da UFPA relatam ofensas racistas por causa da pintura corporal (Amazônia Real, 2018)[57], que interpretados a seguir.

INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Para os indígenas ingressantes em universidades dominadas até então por não indígenas podemos observar que os desafios da vida acadêmica vão muito além da insuficiência de recursos financeiros para se manterem na academia, ou ainda, da falta de apoio das gestões educacionais desses ambientes universitários que na maioria das vezes não consideram as especificidades éticas, sociais e culturais no processo de ensino e aprendizagem específicos de cada curso de graduação. Além disso, o caráter social discursivo das identidades dos sujeitos envolvidos nesse processo é habitualmente ignorado, o que pode ter como consequência um apagamento das marcas sócio históricas trazidas pelos sujeitos ao adentrarem o espaço acadêmico.

A análise de dados desta pesquisa procurou compreender a trajetória de lutas e as identidades presentes nos acadêmicos indígenas de universidades localizadas na Amazônia brasileira diante da disseminação dos discursos intolerantes e de ódio proferidos por não indígenas, e registrados em reportagens de jornais *on-line*. Dessa maneira, a geração de dados que ora analisamos é composta por três reportagens de jornais *on-line* pesquisados entre os anos de 2016 a 2018.

[55] https://racismoambiental.net.br/2016/01/09/indigenas-sofrem-preconceito-na-universidade-federal-de-roraima/
[56] https://g1.globo.com/ac/cruzeiro-do-sul-regiao/noticia/estudante-indigena-vai-a-policia-apos-receber-carta-com-ofensas-na-ufac-raca-nojenta.ghtm
[57] https://amazoniareal.com.br/estudantes-indigenas-da-ufpa-relatam-ofensas-racistas-por-causa-de-pintura-corporal/

Figura 1: Caso acontecido na Universidade Federal de Roraima- UFRR

Fonte: https://racismoambiental.net.br/2016/01/09/indigenas-sofrem-preconceito-na-universidade-federal-de-roraima/

A primeira reportagem selecionada foi do jornal *on-line* Racismo Ambiental, publicado no dia 01 de setembro de 2016, com a seguinte manchete "Indígenas sofrem preconceito na Universidade Federal de Roraima", na qual é relatado o caso de intolerância étnica e preconceito contra estudantes indígenas do curso de Gestão Territorial Indígena do Instituto Insikiran, ocorrido no restaurante universitário, onde acadêmicos não indígenas hostilizaram e proferiram palavras depreciativas causando revolta na comunidade acadêmica local, como nos mostra o excerto 1.

Excerto 1
Os estudantes foram hostilizados por um grupo de alunos não indígenas que proferiram em voz alta palavras ofensivas e depreciativas, discriminando-os pela maneira de comer, de vestir e pela aparência física" (Racismo Ambiental, 2016).

Com base neste cenário, apesar da constante atuação dos povos indígenas na luta por seus direitos desde o período Colonial, observamos que os povos originários foram subjugados e silenciados com extrema violência pelo poder do colonizador europeu, sendo que muitos reprimiram suas crenças, costumes, identidades e culturas. Vale lembrar que a catequização desconstruiu suas identidades coletivas e individuais, e por muito tempo foram taxados de selvagens, bárbaros e cruéis, sendo demarcados pelas fronteiras e pelas relações do poder, no entanto, os povos originários

sempre encontravam uma forma de recuperar a autoestima identitária indígena[58] e continuar na luta pela afirmação de suas identidades étnicas, sociais e culturais.

Neste sentido, observamos que os conflitos sociais entre indígenas e não indígenas são históricos e continuam ainda hoje, ao mostrar que uma parte dos universitários não indígenas não reconhece a presença dos povos originários nos ambientes acadêmicos, fato este comprovado no seguinte trecho da reportagem "Eles se retiraram da mesa e disseram que não se misturariam com índios". [59] Embora tenha sido implantado o projeto de ações afirmativas pelas universidades brasileiras, as IES não estão preparadas para receber de forma adequada acadêmicos de etnias minoritárias, visto que estas instituições devem buscar o respeito por todas as tradições, culturas, e identidades características das mais diversas etnias, principalmente se levarmos em consideração como o respectivo fato, aqui analisado aconteceu.

Nessa perspectiva, o sujeito assume identidades diferentes em diversos momentos sociais e históricos e por isso, as identidades não são padronizadas em torno de um eu coerente, ou seja, possuímos identidades contraditórias, que são empurradas em diversas direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo sucessivamente deslocadas.[60] Levando em consideração que os indivíduos possuem identidades conflitantes e estas se opõem uma as outras, notamos que os estudantes indígenas apresentados na reportagem 1, possuíam duas alternativas para solucionar o problema, silenciar e provocar o apagamento de sua indianidade [61] ou denunciar e assumir plenamente suas identidades étnica, social e cultural.

Ao contextualizar todo esse processo os indígenas buscam as universidades com o intuito de construir e/ou reconstruir suas identidades sociais e edificar seu lugar de pertencimento cultural e social, no entanto, por meio da análise dos dados podemos verificar que esse caminho a ser percorrido pelo estudante indígena é complexo, no qual vivenciará experiências negativas e positivas, enfrentará dificuldades, sendo que nem sempre este processo terminará de forma bem-sucedida, pois os indígenas aqui mencionados foram humilhados em universidade voltada para a interculturalidade, e criada para atender exatamente a demanda dos povos indígenas.

[58] LUCIANO, 2006.
[59] RACISMO AMBIENTAL, 2016.
[60] HALL, 2006.
[61] Indianidade será aqui definida como "um campo de práticas e estratégias representacionais de construção social da etnicidade indígena. (PERES, 2008, p. 2).

Percebemos que a academia ainda possui uma realidade repleta de hostilidades, que sugere que o acadêmico indígena oculte a sua identidade étnica, no entanto, a postura dos acadêmicos foi outra, assumir suas identidades sociais, culturais e pincipalmente étnica, isto é, assumir-se indígena de fato e de direito, além disso, foi feita uma denúncia do caso à polícia que gerou um inquérito policial sobre o fato, reivindicaram seus diretos, pediram retração estudantes não indígenas envolvidos e protestaram diante da reitoria da universidade, que conforme consta na reportagem publicou no site do instituto uma nota de repúdio sobre o ocorrido. A segunda reportagem foi publicada pelo *site* de notícias g1.globo-AC em 21 de outubro de 2017 e tem como título "Estudante indígena vai à polícia após receber cartas com ofensas na UFAC: 'raça nojenta'".

Figura 2: Caso ocorrido na Universidade Federal do Acre - UFAC

Fonte: https://g1.globo.com/ac/cruzeiro-do-sul-regiao/noticia/estudante-indigena-vai-a-policia-apos-receber-carta-com-ofensas-na-ufac-raca-nojenta.ghtm

Essa reportagem mostra o drama da estudante do curso de Pedagogia que recebeu uma carta anônima com ofensas pelo simples fato de ser indígena, como mostra o excerto selecionado a seguir.

Excerto 3
"Não sei quem teve a brilhante ideia de misturar pessoas normais com índios. Porque raça nojenta é essa. Observamos que os professores todos gostam de você, deve ser por ter pena. (...) Tira a tua máscara garota. Deixa de ser essa caboca [sic] nojenta e imunda que tu é", diz um trecho da carta.(g1.globo-AC, 2017)

O excerto analisado deixa claro que o principal objetivo do (a) escritor (a) anônimo (a) é fazer com que a estudante indígena desista de frequentar a universidade. Assim como na época da

colonização os indígenas foram violentados fisicamente e psicologicamente, sendo que seus direitos foram e ainda são desrespeitados na atualidade. Nesta perspectiva, o indígena ainda é visto como o sujeito do passado, que deve habitar as matas, e não deve conviver no mesmo lugar que os não indígenas, isto é, na sociedade contemporânea.

Nesse caso especificamente, ao analisarmos a reportagem, observamos que quando as identidades se encontram, podem surgir conflitos, confusões, equívocos e incoerências, gerando a perseguição e a tentativa de anulação de uma identidade contra a outra. Notamos que as identidades da indígena e do não indígena (anônimo) se confrontam e causam tensões, pois um tenta eliminar o outro do ambiente universitário e o destituir de seu pertencimento. Em tal caso, concordamos com Quijano (2005) quando verificamos que um dos efeitos da colonialidade é subjugar os indivíduos a partir de uma ideia de raça[62]. Assim sendo, Hall (2006, p. 28) sugere que, "a sociedade atual é atravessada por diferentes divisões e antagonismos que produzem uma variedade de diferentes "posições de sujeito"[63], isto é, diferentes posições de identidades". Vale ressaltar também que estas demarcações identitárias são formadas através de um processo diferenciado no cerne do jogo de poder e exclusões.[64]

Percebermos ainda a quebra do silêncio imposto aos indígenas, pois neste incidente ocorrido na Universidade Federal do Acre - UFAC, a indígena em questão mesmo sofrendo intimidação por parte do (a) autor (a) da carta fez uma denúncia às autoridades universitárias e uma queixa crime por racismo na polícia federal do Acre, uma vez que se identificar como indígena na universidade pode ser motivo de orgulho, coragem e resistência, mas também pode ser motivo de perseguição.

Assim, o sentimento de pertencimento e a consciência de sua identidade não permitiu que a referida indígena aceitasse ameaças e abandonasse a universidade como seria o desejo do autor ou autora da carta anônima, ao contrário, fortalecida em sua luta contra a segregação ela denunciou o ataque covardemente sofrido. Notamos que as identidades indígenas não são formadas a partir do momento em que entram na universidade como muitos pensam, mas são construídas socialmente no contato com o outro ao longo de suas vidas. A última reportagem interpretada neste artigo é a reportagem "Estudantes indígenas da UFPA relatam ofensas racistas por causa da pintura corporal", publicado no *site* Amazônia Real, em 21 de agosto de 2018, o conflito ocorreu devido a pinturas tradicionais que estudantes indígenas traziam no corpo.

---

[62] QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander. (Org.), **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas (pp. 117-142), Buenos Aires: CLACSO, 2005.
[63] HALL, 2006, p. 28.
[64] HALL, 2006.

Figura 3: Caso ocorrido na Universidade Federal do Pará - UFPA

Fonte: https://amazoniareal.com.br/estudantes-indigenas-da-ufpa-relatam-ofensas-racistas-por-causa-de-pintura-corporal/

Nesse último excerto a ser interpretado podemos observar que as agitações contra indígenas acontecem exatamente quando eles tentam legitimar suas identidades étnica e cultural. Ao contrário do que ocorre nos exemplos anteriores, dessa vez o conflito surgiu quando três acadêmicos indígenas exibiram em seus corpos pinturas tradicionais, fato este que não deixou de incomodar o segurança da Universidade Federal do Pará - UFPA, que em tom de piada chamou os grafismos de "marmota".

Excerto 4
A presença dos três indígenas, cujos corpos continham pinturas tradicionais, já não é incomum na universidade há alguns anos – de 34 etnias, são 185 matriculados na graduação, cinco na pós-graduação. A arte corporal, porém, não deixou de incomodar: um dos seguranças chamou os três indígenas para indagá-los sobre o porquê de eles usarem os grafismos. Em tom de piada, chamou de "marmota". (Amazônia Real, 2018)

Marmota é uma gíria que segundo o dicionário significa um indivíduo que "não liga para a aparência ou se porta desengonçadamente" (DÍCIO, Dicionário *Online* de Português), sendo que a intenção do segurança da UFPA ao se referir aos grafismos no corpo dos indígenas foi de desqualificar e depreciar a identidade cultural dos povos originários. Fica claro o desconhecimento do referido segurança no que diz respeito à preservação étnico-cultural dos povos originários.

Dentro desta perspectiva, a universidade deveria ser o local da diversidade, em que o diferente deveria estar posto, apesar de que aceitar o diferente e as diferenças ainda seja uma prática

a ser exercitada por todos. Entendemos que neste recorte, a cultura indígena, mais uma vez gera o conflito étnico, apesar de que a lei 11.645[65] de 10 de março de 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", além disso a resolução CNE/CEB nº 05[66] de 22 de junho de 2012 ressalta que estudantes indígenas "[...] precisam ter garantido o direito de expressão de suas diferenças étnico-culturais, de valorização de seus modos tradicionais de conhecimento, crenças, memórias e demais formas de expressão de suas diferenças" (CNE, 2012, p. 21).

Vale assinalar que os três indígenas da reportagem afirmam sua identidade étnica, social e cultural, uma vez que conquistam visibilidade, garantem seus espaços dentro da universidade exercem seus direitos não só de fala como recebem o respeito de sua condição de estudante universitário, principalmente por atuar nas lutas políticas que os povos originários travam para garantir e manter os direitos conquistados ao longo do tempo.

Percebemos que para a sociedade não indígena ainda existe uma grande dificuldade de aceitar que o mundo passou por uma ampla e rápida transformação e que consequentemente as identidades dos sujeitos também mudaram. Nesse sentindo, enquanto algumas identidades passam por um processo de reconstrução, as novas identidades podem ter caráter posicional, conjuntural e político, de modo que a identidade e a diferença sejam combinadas e formem outra identidade, sem que uma anule completamente a outra.[67] No que concerne às identidades indígenas apresentadas na reportagem 3 percebemos que os indígenas universitários transitam entre as várias identidades quer seja a étnica, quer seja a social, quer seja a cultural, uma vez que assumiram sua etnicidade, defenderam a presença o seu direito de estar no ensino superior e seu pertencimento, além de defenderem sua cultura e sua ancestralidade.

Ressaltamos a necessidade de compreensão das diferenças como forma de combater as intolerâncias, as discriminações e os racismos, sendo que podemos registrar, não somente nesse recorte ora analisado, como nos demais exemplos, a luta e a resistência dos indígenas contra a invisibilidade. Estes estão presentes nas universidades da Amazônia brasileira e de outras regiões,

[65] BRASIL. Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

[66] _____. Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília: Diário Oficial da União, DF, Seção I, p. 7, jun. 2012.

[67] HALL, 2006.

frequentando corajosamente outros espaços, marcando suas identidades e cultura étnico-racial quer seja com suas pinturas culturais, quer seja com sua indianidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao problematizar tal situação esperamos promover uma reflexão sobre o acesso e a permanência dos indígenas no espaço acadêmico e, lançar um olhar para a trajetória de lutas indígenas nas universidades não só da Amazônia brasileira como também das universidades de ouras regiões do país, pois acreditamos que a universidade possa ser cada vez mais o local de fortalecimento das identidades indígenas.

Sabemos que os desafios que as universidades brasileiras enfrentam para que todos os saberes possam ser validados e valorizados em condições igualitárias para todos os que frequentam aquele ambiente acadêmico são muitos e são complexos, mas esperamos que a academia possa contribuir de forma mais eficaz com respeito a diversidade dos povos, com reconhecimento e com a legitimidade das identidades indígenas historicamente negadas e excluídas na construção da sociedade brasileira.

Portanto, notamos que os movimentos identitários indígenas se encontram mais fortalecidos em suas lutas pela autoafirmação como indígena, ao desmobilizar práticas opressoras e excludentes impostas pelo colonizador existente ainda nos dias de hoje.